



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC
Gerência de Acompanhamento Processual - SEDUC-GEAP

PROJETO BÁSICO

Nº 10/2025/SEDUC/COINFRA/GEAP

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Neste documento entende-se por:

- CONTRATANTE: Estado de Rondônia através da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC.
- CONTRATADA: Empresa contratada para execução do serviço de engenharia.
- FISCALIZAÇÃO: Técnicos credenciados pelo CONTRATANTE para acompanhamento dos serviços.
- ÓRGÃO REGULADORES, FISCALIZADORES, CONCESSIONÁRIOS: Empresas ou órgãos encarregados de normatizar, fiscalizar e aprovar a prestação dos serviços públicos, além da aplicação das leis, decretos, normas e qualquer obrigação legal.

1. DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

1.1. Do Objeto

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de obra referente a reforma e ampliação da E.E.E.F.M José Rosales dos Santos, localizada no Distrito de Nova Estrela, Município de Rolim de Moura - RO”.

1.2. Especificações dos serviços

Os serviços a serem contratados são de natureza comum de engenharia predial, bem como os materiais a serem utilizados na execução dos mesmos, devem atender as especificações constantes na Planilha Orçamentária (ID.0061852022) e demais anexos relacionados.

1.3. Das garantias do Serviço/Materiais

A garantia, quanto às qualidades específicas e aplicações dos materiais aplicados na execução dos serviços, obedecerá àquela estipulada pelos respectivos fabricantes, sem prejuízo das garantias e direitos legais constantes do **Código de Defesa do Consumidor - CDC**.

As garantias do serviço e materiais obedecerá a Lei 14133, Art. 27 onde exigem que o contratado apresente garantias para assegurar o fiel cumprimento do contrato. Essas garantias podem ser de várias modalidades, tais como: caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia e fiança bancária.

Nos Termos do **art. 618 do Código Civil (Lei nº 10.406/02)**, nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o **prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo**.

1.3.1. Serviços Previstos

Os serviços previstos no presente Projeto Básico e seus anexos - Projeto de Levantamento Métrico Cadastral e Mapeamento de Danos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Planilha de Composição de Custos, Planilha de Composição de BDI, Planilha Itens de Maior Relevância, Planilha Resumo - têm a finalidade de atender ao disposto no Art. 6º, inciso XXV, da Lei 14.133/21.

Mediante prévia autorização da Administração, o Projeto Básico de arquitetura e intervenções poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do Projeto Básico, conforme o disposto no do § 5º do Art. 45. da Lei 14.133/21.

Soma-se a este o dispositivo no Art. 6, XXV, da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe sobre as normas gerais de licitações e contratos:

XXV - **projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes**, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos**, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida;
- soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas**, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos;
- identificação dos postos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra**, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considerados os riscos e os perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos**, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra**, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;
- orçamento detalhado do custo global da obra**, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, obrigatório exclusivamente para os regimes de execução previstos nos incisos I, II, III, IV e VII do caput do art. 46 desta Lei; **(grifo nosso)**

Dentre os serviços previstos, estão presentes:

- Instalação de canteiro de obras, mão-de-obra e consumos;
- Revisão, detalhamento e compatibilização dos projetos de arquitetura, levantamento cadastral e mapeamento de danos, a nível de projeto executivo;
- Elaboração do Projeto Arquitetônico Executivo de Restauro;
- Elaboração do Projeto Estrutural;
- Elaboração e execução de projeto complementar Hidrossanitário,
- Elaboração e execução de projetos complementares Elétrico, Rede de dados, CFTV e Alarme;

- vii. Elaboração e execução de projeto complementar de SPDA;
- viii. Elaboração e execução de projetos complementares de Climatização, Ventilação e Exaustão;
- ix. Demolições e Remoções com e sem reaproveitamento de cobertura, pisos, forros, rampas, escadarias e instalações;
- x. Revisão de revestimentos internos e externos;
- xi. Restauração de piso laminado com concreto;
- xii. Restauração de revestimento cerâmico;
- xiii. Instalação de palco elevado;
- xiv. Adaptação de banheiros;
- xv. Execução de nova rampa acessível de acesso na saída de emergência;
- xvi. Limpeza final e desmobilização;

1.4 Classificação do objeto

1.4.1 O objeto pleiteado nos autos não envolve técnicas desconhecidas no mercado ou requerem inovação tecnológica para a sua execução, pois é possível estabelecer, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho característicos ao objeto, de modo que é possível a decisão entre os materiais ofertados pelos participantes com base no menor preço, conforme previsto na alínea "a", inciso XXI da Lei nº 14.133/2021.

1.4.2 A classificação como comum não se confunde com a complexidade do objeto. O que deve ser verificada é a possibilidade de seus padrões de desempenho e qualidade serem definidos objetivamente em especificações usualmente adotadas no mercado, o que fica evidente no presente instrumento convocatório.

1.4.3 Corroborando com esse entendimento, transcrevemos o relatado pelo Professor Marçal Justen Filho em seu livro Pregão - Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico:

I - *"Ou seja, há casos em que a Administração necessita de bens que estão disponíveis no mercado, configurados em termos mais ou menos variáveis. São hipóteses em que é público o domínio das técnicas para a produção do objeto e seu fornecimento ao adquirente (inclusive à Administração), de tal modo que não existe dificuldade em localizar um universo de fornecedores em condições de satisfazer plenamente o interesse público. Em outros casos, o objeto deverá ser produzido sob encomenda ou adequado às configurações de um caso concreto.*

1.4.4 Considerando que a execução do objeto dependerá da elaboração dos projetos executivos, sendo tais serviços técnicos especializados, referindo-se a serviços de natureza intelectual, portanto no todo, considerando o objeto completo desde o projeto até a execução, sendo assim PODENDO SER CLASSIFICADO COMO SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA.

1.5. Generalidades

Não poderá a empresa contratada, em hipótese alguma, alegar desconhecimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Projeto Básico e em suas especificações, bem como das quantidades e da Planilha Orçamentária, que orientam este Processo de Contratação e fazem parte integrante do Contrato.

A empresa contratada será responsável pela elaboração dos projetos complementares elencados neste Projeto Básico.

A empresa contratada será responsável pelas soluções técnicas necessárias para execução dos serviços. A mesma deverá realizar uma vistoria geral da obra e uma revisão geral no local da execução dos serviços.

1.6. Procedimentos de transição e finalização do contrato

Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

2. DO OBJETIVO

O presente visa definir o conjunto de elementos que nortearão os procedimentos de Licitação para a **contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços de reforma e ampliação de unidade educacional**, que compreenderá o fornecimento de mão de obra (Postos de serviços), todo material de consumo e insumos necessários e adequados à execução dos serviços, bem como para a realização de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, eventuais e sob demanda, para todo o prédio onde funcionará a **"E.E.E.F.M José Rosales dos Santos, localizada no Distrito de Nova Estrela, Município de Rolim de Moura - RO"**.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO

Este documento foi elaborado a partir da análise da viabilidade técnica e econômica de estratégias de contratação, contendo os elementos necessários e suficientes, e, com nível de precisão adequados, para caracterizar o objeto da contratação de forma clara e suficiente, possibilitando a avaliação de custos e a definição dos métodos e prazos de execução.

Aplica-se a este procedimento o disposto na **Lei Federal 14.133/21, Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024**, no que couber e demais disposições legais como condições iniciais para a contratação de obras e serviços de engenharia pela Administração Pública, para permitir, inclusive, a fiscalização da execução e o recebimento do objeto contratado.

Sua elaboração leva em consideração as regras e diretrizes para contratação de serviços no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, com base no decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, naquilo que não contraria as decisões e orientações anotadas pelos órgãos fiscalizatórios.

Com base, ainda, nas experiências e contratos anteriores, o presente projeto básico apresenta o conjunto de elementos que nortearão o procedimento, desde a fase que se iniciou com os Estudos Técnico Preliminar 112 (ID.0049433681), até a assinatura, gestão e fiscalização do contrato.

4. DA JUSTIFICATIVA

4.1. Do interesse Público na Despesa

O SEDUC-COINFRA, setor responsável pela elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, entre outros serviços, tem como objetivo atender as demandas desta Secretaria de Educação. O setor recebeu o relato conforme Plano de Ação - TCE-RO (ID.0048970001) referente a disponibilidade e as condições da qualidades das instalações das escolas públicas de Ensino Fundamental no estado de Rondônia.

Considerando os direitos à educação, desde os estabelecidos pela Constituição Federal, os respaldados em normas específicas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Plano Nacional e o Estadual de Educação, a Secretaria de Estado da Educação/Seduc, tem buscado assegurar o atendimento nas unidades educacionais com qualidade e equidade.

O SEDUC-COINFRA, após tomar conhecimento das solicitações, encaminhou equipes técnicas formada por engenheiros civis e eletricitistas, para realizar levantamentos nas localidades, gerando assim, os Projetos de reforma e ampliação da unidade (ID. Projeto Arquitetônico (ID.0048970212), Memorial Descritivo (ID.0048970130)) e Planilha Orçamentária (ID.0061852022), informações essas que fazem parte da base desta solicitação.

Sendo que esta Secretaria de Estado de Educação - SEDUC-RO, tem o objetivo de fortalecer e qualificar a Educação escolar no âmbito da Educação Básica no Estado de Rondônia, com vistas à educação específica e diferenciada que possibilite a preservação da oferta de condições de equidade, com as diversas possibilidades de acessibilidade, a qualidade esperada e desejada ao ensino e à aprendizagem, com espaços pedagógicos e equipamentos que, de fato, contribuam com a qualidade educacional, como estabelecem os ditames legais.

Ademais, o Plano de Ação foi organizado com a intenção de que as iniciativas sejam efetivadas, para que as melhorias e os anseios das comunidades escolares de fato se concretizem, possibilitando a apropriação da instituição escola, como espaço de fortalecimento de sua identidade.

Considerando que a Educação Básica de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Um dos fundamentos desta administração, diz respeito a formação escolar como o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos, sendo de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Ademais o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é a principal estratégia do Ministério da Educação para produzir uma educação básica de qualidade, reconhecendo o direito universalização do atendimento escolar e uma educação escolar própria, relacionada a seus valores e saberes, a sua organização social e aos projetos societários.

A Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/RO compreende que desenvolver políticas públicas que garantam efetivamente o direito à diferença e uma educação escolar que respeite as lógicas, superando as desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação se constitui como um desafio complexo, o qual enfrentará com a participação e a escuta ativa das comunidades escolares.

Desta forma, e identificando a importância de uma formação diferenciada, específica, intercultural, comunitária e de qualidade, o presente Projeto Básico tem como objetivo a contratação de empresa especializada para **E.E.E.F.M José Rosales dos Santos, localizada no Distrito de Nova Estrela, Município de Rolim de Moura - RO** da rede estadual de Rondônia.

Salientamos abaixo as instalações previstas nos projetos :

* **Projeto Arquitetônico:** Projeto Arquitetônico (ID.0052076132), Memorial Descritivo (ID.0052076169), RTT - Registro de Responsabilidade Técnica (ID.0052076213) e Declaração de Autoria (ID.0052088443);

* **Projeto Estrutural e Hidrossanitário:** Projeto Estrutural (ID.0052076413), Projeto Hidrossanitário - Parte 1 (ID.0052128749), Projeto Hidrossanitário - Parte 2 (ID.0052128793), Memorial Descritivo - Estrutural (ID.0052106960), Memorial Descritivo - Hidrossanitário (ID.0052076451), Anotação de Responsabilidade Técnica (ID.0052076486) e Declaração de Autoria (ID.0052088507);

* **Projeto Estrutura Metálica:** Projeto Estrutura Metálica (ID.0052076520), Projeto Estrutural (ID.0052125780), Memorial Descritivo (ID.0052076545, 0052126024), Anotação de Responsabilidade Técnica (ID.0052076568) e Declaração de Autoria (ID.0052088523);

* **Projeto Elétrico, Rede Lógica e SPDA:** Projeto Elétrico (ID.0052076919), Projeto de Rede Lógica (ID.0052077178), Projeto SPDA (ID.0052077073), Memorial Descritivo - Rede Lógica (ID.0052076958), Memorial Descritivo - Elétrica (ID.0052109641), Memorial Descritivo - SPDA (ID.0052109662), Memorial de Cálculo - SPDA (ID.0052125498), Anotação de Responsabilidade Técnica (ID.0052076977) e Declaração de Autoria (ID.0052088545);

* **Projeto PPCIP:** Projeto de PPCIP (ID. 0052077020), Certificado de Aprovação PPCIP (ID. 0052077041), Anotação de Responsabilidade Técnica (ID. 0052077087), Declaração de Autoria (ID. 0052197159);

* **Projeto de Drenagem:** Projeto de Drenagem (ID. 0052077305), Memorial Descritivo (ID. 0052132095), RTT - Registro de Responsabilidade Técnica (ID. 0052082209), Declaração de Autoria (ID. 0052088619);

* **Planilha Orçamentária:** Planilha Orçamentária (ID. 0061852022), Tabela SINAPI (ID. 0057615498), Anotação de Responsabilidade Técnica (ID. 0057615324), Declaração de Autoria (ID. 0061224786).

Salientamos que as instalações previstas nos projetos (Projeto Arquitetônico (ID.0052076132), Memorial Descritivo (ID.0052076169), serão totalmente construídas, de acordo com os relatórios técnicos. Tendo em vista, que a reforma e ampliação da **E.E.E.F.M José Rosales dos Santos** será de acordo com a necessidade da apresentada, onde oferecerá estrutura com segurança e ambientes dignos aos alunos, professores e funcionários, que se encontram em situação delicada e bastante deficiente, devido a falta de instalações prediais na localidade.

A Secretaria de Educação tem como meta a consolidação, compromisso e a responsabilidade para com o Ensino Público Estadual, neste sentido, a mesma vem tomando iniciativas para oferecer aos alunos e servidores, uma estrutura adequada com ambientes de qualidade , tendo em vista, responder à crescente procura das solicitações dos últimos anos destes serviços previstos.

Cabe destacar que esta Secretaria da Educação não dispõe, em seus quadros técnicos atuais, de profissionais capacitados disponíveis para a execução das atividades previstas neste Projeto Básico.

4.2. Das quantidades:

Os critérios estabelecidos para estipular os quantitativos foram referenciadas conforme Planilha Orçamentária (ID.0061852022), que trata de serviços de natureza comum de engenharia predial no que tange a **reforma e ampliação da E.E.E.F.M José Rosales dos Santos, localizada no Distrito de Nova Estrela, Município de Rolim de Moura - RO.**

De acordo com as recomendações legais da Lei 14.133/21, IN 54/17 TCE-RO e jurisprudência do TCU/DF. Deverá ser adotado para efeito de custo unitário:

- a) Tabela de referência do SINAPI/RO;
- b) serviços não constantes nas tabelas de referências sendo realizada pesquisa de mercado; e
- c) subsidiariamente atualização de custos unitários por índices econômicos e método estatístico.

4.3. Da Descrição da Solução:

Conforme Estudos Preliminares (ID. 0049433681), a contratação de empresa especializada para reforma e ampliação de unidade escolar em alvenaria de com fornecimento de mão de obra, insumos e equipamentos necessários à perfeita execução, .

A construção compreenderá, assim, as seguintes atividades:

- Serviços preliminares
- Serviços de terraplanagem
- Execução da infraestrutura
- Execução da Superestrutura
- Execução de Alvenaria
- Execução do Acabamento
- Limpeza da obra

Para a contratação das obras de engenharia, a modalidade de concorrência é adequada, sendo a escolha certa para projetos com padrões de desempenho diferenciados e não usuais no mercado. Embora a Lei 14.133/2021 tenha reduzido a aplicação da concorrência em favor de outras modalidades, ela continua sendo a opção preferida para obras e serviços de engenharia, bem como para serviços de natureza predominantemente intelectual. Em outros casos, a concorrência será utilizada apenas quando o pregão não for aplicável.

4.4 Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra

Os subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra desta contratação no **REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** compreendem a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários conforme abaixo:

4.4.1 Plano de licitação

O planejamento da licitação é uma etapa fundamental no processo de contratação pública, tanto para os agentes públicos quanto para os licitantes. Ele **define as bases do processo licitatório e tem impacto direto na eficácia, eficiência e transparência das contratações.**

Para um bom andamento licitatório são considerados fatores que são levados em consideração para execução na contratação no **REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, que define a contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas conforme previsão contida no inciso I, Art. art. 46 da Lei nº 14.133/2021:

Transparência e Comparabilidade:

Permite uma avaliação mais clara e objetiva das propostas, facilitando a comparação entre os diferentes preços unitários oferecidos pelos licitantes.

Controle da Execução:

O acompanhamento do contrato se torna mais fácil, pois o pagamento é feito com base nas quantidades efetivamente executadas e nos preços unitários definidos no contrato.

Economia:

A licitação por menor preço pode levar a uma redução de custos para a administração pública, já que o critério de escolha é o preço mais baixo, desde que atendidas as especificações e padrões de qualidade estabelecidos.

Reequilíbrio e Reajustes:

Facilita a aplicação de reequilíbrios e reajustes contratuais, que normalmente são calculados com base nos preços unitários.

Adequação a Obras e Serviços:

É especialmente adequada para obras e serviços onde o quantitativo total não é conhecido com precisão no momento da licitação, permitindo a contratação por unidades de medida.

Fase Preparatória: Etapa de Planejamento: Revisão e atualização dos projeto e da planilha orçamentária pela equipe de engenharia, atualização de Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar vinculados a este Projeto Básico, além de elaboração de matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.

Divulgação do Edital: Abertura pública do processo após análise pela Procuradoria Geral do Estado - PGE/RO no Diário Oficial do Estado de Rondônia - DIOF e demais publicações de praxe, como no Portal da SUPEL-RO, Jornais de Grande Circulação e Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, para que o continuidade dos trâmites licitatórios. Informamos ainda que as principais etapas da licitação estão relacionadas conforme abaixo. Nesta fase de divulgação do edital, são estabelecidas condições de participação, impugnações, credenciamento no sistema para efetiva participação e demais condições editalícias.

Preenchimento da Proposta e Habilitação: Após acessar e ler [o edital](#), o [licitante](#) prepara sua proposta e entrega nos moldes descritos no edital. É nessa fase que a empresa diz qual preço pratica e o que oferece em termos de qualidade. Se a disputa permitir, pode haver rodadas de lances para chegar a uma oferta mais atrativa. Nesta fase apresenta-se ainda os documentos de habilitação sendo: Habilitação Jurídica, Fiscal e Trabalhista, Qualificações Econômica-Financeira além do atendimento de qualificação técnica de acordo com as exigências descritas no edital.

Crêditos de Julgamento: De acordo com a Lei Nacional nº 14.133/2021 os critérios de julgamento podem ser: menor preço, maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior lance ou oferta no caso de leilões e maior retorno econômica. Diante do caso concreto, informamos que o critério de julgamento a ser adotado será o de MENOR PREÇO.

Homologação e Adjudicação: Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021. Ela confirma que tudo foi conduzido de forma válida e que o resultado é legítimo.

4.4.2 GESTÃO DA OBRA

Serão realizadas em 18 (**dezoito**) **medições** com previsão de 27 (vinte e sete) meses, conforme Cronograma Físico e Financeiro fls. 120-121 (ID. 0061852022), acompanhada pela Comissão de Fiscalização e acompanhado pelo Responsável Técnico da Empresa.

Prazo de início: o prazo para início dos trabalhos fica fixado em 10 (dez) dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA. Após a assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviços do COINFRA/SEDUC, a CONTRATADA terá até 10 dias corridos para mobilização e início das obras.

Da Gestão e Fiscalização da Obra

As atividades de **gestão e de fiscalização** do futuro contrato deverá ser realizada de forma **preventiva, rotineira e sistemática** e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades, conforme previsão contida no Art. 19 do Decreto Estadual nº 28.874/2024. A **gestão e fiscalização** da obra deverá atender conforme disposto nos arts. 19 a 28 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

O Gestor e os Fiscais do Contrato poderão ser localizados na sede da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC – **Endereço:** Rua Padre Chiquinho, Bairro Pedrinhas – CEP 76.801-468 – Porto Velho/ RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Guaporé, Reto 01 - nos horários das 07:30 às 13:30.

O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais servidores com qualificação técnica, nomeados pelo Secretária de Estado da Educação SEDUC/RO, para tal finalidade acompanhados do responsável técnico da Empresa CONTRATADA, observando as disposições contidas no edital e no artigo de 140, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5. Do Requisitos para Contratação:

A empresa contratada deverá observar todas as normas atinentes à execução do objeto dos autos, a fim de atender a a **reforma e ampliação da unidade escolar**, onde funcionará a **Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Rosales dos Santos, localizada no Distrito de Nova Estrela no município de Rolim de Moura/RO**, dentro dos requisitos mínimos de qualidade a seleção da proposta mais vantajosa.

O Projeto Arquitetura (0048970212), elaborado pela COINFRA, e o Memorial Descritivo Arquitetônico (0048970130) contêm os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegura a viabilidade técnica da construção, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos a serem executados.

Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no termo de referência.

O objeto a ser contratado possui escopo predefinido, com prazo de execução previsto em cronograma físico financeiro, estabelecido no projeto básico.

Conforme Estudos Preliminares (ID. 0049433681), os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- Qualificações técnicas, como a comprovação de experiência anterior em projetos de construção semelhantes, preferencialmente em ambientes escolares.
- Certificações e licenças necessárias.
- Demonstração da estabilidade financeira da empresa, por meio de demonstrações financeiras, para garantir que a empreiteira tenha recursos adequados para concluir o projeto.
- Apresentação de seguro de responsabilidade civil e outras garantias necessárias para cobrir eventuais danos ou atrasos durante a execução do projeto.
- Apresentação da equipe técnica que será designada para o projeto, incluindo engenheiros, arquitetos e outros profissionais qualificados.
- Comprovação da experiência e qualificações individuais.
- Apresentação de um plano detalhado de execução do projeto, incluindo cronograma, metodologia de construção, gestão de riscos e estratégias para garantir a conclusão bem-sucedida.
- Comprometimento com práticas construtivas sustentáveis e conformidade com regulamentações ambientais locais.
- Planos para mitigar qualquer impacto ambiental e social negativo durante a construção.
- Compromisso em contratar trabalhadores locais, sempre que possível, para promover o desenvolvimento econômico na comunidade.

- Incorporação de princípios de acessibilidade no projeto, garantindo que as instalações sejam adequadas a todos os membros da comunidade, incluindo pessoas com mobilidade reduzida.
- Estratégias para tornar o edifício o mais sustentável possível em termos de eficiência energética e uso de materiais locais.
- Compromisso com padrões elevados de qualidade na construção, com planos de controle de qualidade ao longo de todas as fases do projeto.

5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

O julgamento dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO**, na modalidade com CONCORRÊNCIA, onde a licitação ocorrerá na forma ELETRÔNICA de acordo com **art. 17, § 2º da Lei nº 14.133/21** e a disputa será ABERTA conforme o Art. 56 da referida lei, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste instrumento.

Comissão de Contratação anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/ maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Comissão de Contratação acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.

5.1 Regime de Execução:

O critério para escolha da proposta será o de MENOR PREÇO, conforme art. 33, da Lei nº 14.133/2021, sendo que os serviços contratados obedecerão ao **REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, de acordo o inciso II do art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

5.2 Critérios de aceitabilidade preços:

Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado pela Administração.

Para evitar contratações com preços manifestamente inexequíveis na execução dos contratos, poderão ser desclassificadas as propostas ou lances vencedores, cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme § 4º do art. 59 da Lei 14.133 de 2021.

A Comissão de Contratação de Obras poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24:00 (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

A Comissão de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 24:00 (vinte e quatro horas), sob pena de não aceitação da proposta.

O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Comissão de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Comissão.

Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Comissão de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Comissão de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Comissão de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

Se tratando de LOTE, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender todos os requisitos para todos os itens que compõem o lote.

Havendo necessidade, a Comissão de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

A Comissão de Contratação deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Projeto Básico.

Também nas hipóteses em que a Comissão de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

6. DO PREÇO

Para efeito de julgamento das propostas será utilizado o critério de menor preço, apontada pela Comissão de Licitações devidamente nomeada pela Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL/RO.

Em caso de paralisação ou aditamento de prazo, devidamente justificado pela CONTRATANTE, que venha a ultrapassar 1(um) ano de execução, ter-se-á que as parcelas contratuais excedentes a este prazo serão reajustadas pelo índice setorial INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) correspondente ao presente objeto, tomando por base a Planilha Orçamentária (**Tabela SINAPI - NOVEMBRO/2024**) através da seguinte fórmula:

$R = (Li - Lo) / Lo \times V$, onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado

Lo = Índice de preço verificado na data-base vinculado ao orçamento estimado pela administração.

Li = índice de preço referente ao mês de reajustamento.

V = valor a preços iniciais da parcela do contrato de obras ou serviços a ser reajustado.

Data-base da planilha orçamentária estimativa é **NOVEMBRO/2024** e serve como orientação aos **CONCORRENTES**. Esta será a data-base para reajuste, de acordo com

Os serviços ou obras que forem entregues com atraso imputável à CONTRATADA, não gerarão direito a reajuste ou atualização monetária.

Os ajustes contratual observará às disposições constantes no Decreto Estadual nº 28.874/2024.

7. DA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, previamente, a contratada deverá atender aos requisitos previstos nos **Artigos 62 à 70 da Lei 14.133/21**, relativamente à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, e, à regularidade fiscal e trabalhista.

7.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

A Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos, exigidos conforme a natureza jurídica da contratada:

- No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

- No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do Decreto nº 11.746/2023.
- No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

Comprovar-se-á a regularidade fiscal, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

7.2.1. Regularização Trabalhista

Comprovar-se-á a regularidade trabalhista mediante apresentação da Certidão **de Regularidade perante a Justiça do Trabalho - CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011, Art. 642-A)**.

Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

7.2.2. Do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Comprovada mediante apresentação da declaração, firmada nos termos do **INCISO IV DO ART. 63 DA LEI 14.133/21**, devidamente preenchida e assinada pelo representante da empresa licitante.

Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da contratada e com o número do CNPJ e o respectivo endereço.

Se a contratada for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a contratada for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

Serão aceitos registros de CNPJ da contratada matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições;

Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para Língua Portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos;

Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em Língua Portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

7.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.3.1. A qualificação técnica será exigida em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/21:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

- I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
- II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;
- III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- § 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.
- § 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

7.3.2 Comprovação de registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade para abertura da presente licitação, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR);

7.3.3 Apresentação do Acervo Técnico (CAT) do profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica – ART/CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT/CAU, por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da licitação, conforme **item 7.3.4** deste projeto básico.

7.3.4 A empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica pertinente ao objeto a ser licitado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que em sua individualidade, contemplem que a licitante já executou serviços similares de cobertura de estrutura metálica, execução de piso granilite e execução de instalações elétricas de baixa tensão, observando as seguintes condições:

a) Entende-se por pertinente e compatível em quantidade o (s) atestado (s) que em sua individualidade, contemplem que a licitante prestou/forneceu os serviços condizentes com o objeto desta licitação, mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados, conforme previsão contida no §2º Art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

SERVIÇOS REQUERIDOS	QUANTIDADE ESTIMADA	PORCETAGEM	QUANTIDADE MÍNIMA A SER COMPROVADA NO ATESTADO
Execução de Cobertura de Telhamento Metálico.	4.147,28 M²	30%	1.244,18 M²

Execução de Piso Granilite	1.513,42 M²	20%	302,68 M²
Execução de Instalações Elétricas de Baixa Tensão			

7.3.5. A Escolha dos itens para **composição de parcela maior relevância** foram de acordo com a complexidade técnica dos serviços a fim de comprovar a expertise da empresa na prestação dos serviços de construção correspondendo o percentual de 13,264% (treze vírgula duzentos e sessenta e quatro) por cento conforme percentuais apresentados na fls. 122 da curva ABC (ID. 0061224022), além de serviços de execução e instalações elétricas de baixa tensão em atendimento a previsão contida no §1º Art. 67 da Lei nº 14.133/2021. No que tange aos serviços de Execução de Instalações Elétricas de Baixa Tensão, justificamos que a exigência apenas de qualificação técnica aos referidos serviços, uma vez que as instalações elétricas de baixa tensão podem variar em termos de escopo e desafios técnicos, como a execução de sistemas de distribuição, quadros elétricos, iluminação, sistemas de aterramento e proteção. A comprovação de serviços semelhantes em escala significativa demonstra experiência prática e capacidade de lidar com desafios técnicos. Considerando que cada serviço, não teria como quantificar, uma vez que cada um tem sua demanda independente, sendo que eles fazem parte da composição dos serviços de baixa tensão.

O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade.

7.3.6. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL (Engenheiro Civil ou Arquiteto): Comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior com habilitação técnica na área de construção civil, devidamente registrado no CREA ou CAU, que comprove, via certidão de acervo técnico (CAT), a responsabilidade pelas funções correlacionadas e compatíveis com a prestação de serviços a serem contratados, observando as seguintes condições:

- a) Capacidade Técnico-profissional: Execução, coordenação ou supervisão de serviço compatível com o objeto desta licitação.

SERVIÇOS REQUERIDOS
Execução de Estrutura Metálica
Execução de Piso Granilite
Execução de Instalações Elétricas de Baixa Tensão

7.3.7. Quanto a **CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL**, a comprovação de aptidão da licitante deverá ser feita através da apresentação de atestados de realização de serviços de manutenção predial compatíveis com as características, quantidades e prazos detalhados, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e obrigatoriamente acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT's) e das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) e Registro de Responsabilidade Técnica (RRT's) relativas às mesmas obras ou serviços:

- a) Profissionais integrantes do quadro técnico permanente da licitante, conforme registro em CREA/CAU, por ocasião das atestadas execuções ou prestações.

7.3.8. ATESTADO DE VISITA TÉCNICA:

VISITA TÉCNICA tem a função de garantir, dessa forma, que o LICITANTE tenha pleno conhecimento da natureza e do escopo do projeto, das condições topográficas, hidrológicas e climáticas que possam afetar sua execução; e dos materiais necessários para que sejam utilizados durante a construção e dos acessos aos locais onde serão executados os serviços ou obras.

A empresa interessada deverá apresentar **DECLARAÇÃO DE VISTORIA (ANEXO IV)** para atestar o conhecimento geral da logística do local da obra, assinada pelo Responsável Técnico e pelo Representante Legal da empresa, encaminhada no e-mail: geap@seduc.ro.gov.br

- a) A empresa que optar por realizar a visita técnica deverá observar os seguintes critérios:

1º) Agendar obrigatoriamente e previamente a visita, junto a Gerência de Fiscalização de Obras Escolares - GFISC-SEDUC, por meio do e-mail: geap@seduc.ro.gov.br, no horário de 07h30min às 13h30min, de segunda à sexta-feira;

2º) A visita deverá ser realizada por profissional habilitado e indicado pela licitante, podendo referido credenciamento ser realizado através de instrumento público ou particular de procuração.

A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo neste caso necessário apresentar **DECLARAÇÃO DE VISTORIA - PLENO CONHECIMENTO (ANEXO V)**, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida no futuro, de pleitear por forçado conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

A visita tem a função de garantir, dessa forma, que o licitante tenha pleno conhecimento da natureza e do escopo do projeto, das condições topográficas, hidrológicas e climáticas que possam afetar sua execução; e dos materiais necessários para que sejam utilizados durante a construção e dos acessos aos locais onde serão executados os serviços ou obras.

A **DECLARAÇÃO DE VISTORIA - PLENO CONHECIMENTO** informa que a empresa possui consciência sobre as condições físicas, ambientais, logísticas, de mão-de-obra, econômica e social da área do empreendimento. Assim, a empresa vencedora, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento das **particularidades** regionais relativas às condições de realização do serviço como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

Serão INABILITADAS as empresas licitantes que não apresentarem, na ocasião da habilitação, 01 (uma) das Declarações citadas no item 7.3.5.

7.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

a) **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de **3 (três) meses** da data de apresentação da proposta;;

b) **Certidão negativa de falência**, expedida pelo distribuidor central do Fórum da sede da empresa Licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação quando não determinado no corpo da certidão.

c) Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, a Presidente verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o **art. 58 da Lei 11.101/2005**;

d) Caso a empresa licitante não obtenha acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

7.4.2. Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem plano de recuperação devidamente homologado pelo Juízo competente, em conformidade com a Orientação Administrativa 02 da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia (Portaria nº 346 de 30 de julho de 2024). A documentação comprobatória deverá ser anexada à proposta, sob pena de inabilitação.

a) Os documentos retromencionados limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos..

b) Com base nos dados constantes no BALANÇO PATRIMONIAL apresentado, a Comissão de Contratação de Obras verificará se a licitante atende aos seguintes requisitos:

I - A comprovação de boa situação financeira da empresa através dos Índices de Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou maiores a 1,00 (um inteiro);

II - A licitante deverá comprovar possuir, sob pena de inabilitação, possuir capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado do edital, ou seja, no mínimo o valor de **R\$ 896.526,21 (oitocentos e noventa e seis mil quinhentos e vinte e seis reais e oitenta e quatro centavos)**.

7.4.3. As LICITANTES constituídas no exercício de 2025, para comprovar a sua boa situação financeira, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto da licitação, obedecidas às formalidades e exigências da lei, apresentarão BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, para que a Comissão de Contratação de Obras, possa verificar se a licitante possui:

I - Capital Social, de no mínimo a **R\$ 896.526,21 (oitocentos e noventa e seis mil quinhentos e vinte e seis reais e oitenta e quatro centavos)**, correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação, nos termos do art. 69, § 4º da Lei 14.133/21.

7.4.4. É facultada a Comissão de Contratação de Obras usar da prerrogativa da realização de diligência prevista em lei, para fins de aferição dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta, em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação, conforme § 3º do art. 69 da Lei 14.133/21.

7.5. DA DECLARAÇÕES

7.5.1 Deverá ser apresentado as seguintes Declarações:

- a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos, conforme disposto no inciso 33 do art. 7º da Constituição Federal;
- b) Declaração de Fato Superveniente;
- c) Declaração de ME/EPP;
- d) Declaração de Ciência do Edital;
- e) Declaração de Acessibilidade;
- f) Declaração de Cota de Aprendizagem;
- g) Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado;
- h) Declaração Independente de Proposta.

Tendo em vista que as mesmas constam em campo próprio do Sistema Gerenciador de Licitação - Comprasnet.

7.5.2. Outras Declarações

Em conformidade com o art. 63 da Lei nº 14.133/21 na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

IV - será exigida do licitante **declaração** de que cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos **para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal**, nas **leis trabalhistas**, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da contratada, com o número do CNPJ e respectivo endereço. Se a contratada for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se a contratada for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Serão aceitos registros de CNPJ da contratada matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições;

Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para Língua Portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos;

Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em Língua Portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

8. DO LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução do Objeto, descrito no item 1 deste PROJETO BÁSICO, demonstrado através das planilhas, cronograma e projetos em anexo, deverão ser executados em um terreno de propriedade do Estado, na **E.E.E.F.M José Rosales dos Santos, localizada no Distrito de Nova Estrela, Município de Rolim de Moura - RO.**

8.1. DO MATERIAL

A empresa CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução dos serviços.

É vedado o emprego de materiais recondicionados ou de segunda mão, devendo a empresa CONTRATADA sempre empregar no serviço materiais novos e de boa qualidade comprovada, seguindo rigorosamente às especificações do fabricante, e principalmente, as contidas no presente Projeto Básico, sob pena de infração contratual sujeita à multa prevista em lei.

Correrá por conta e risco da empresa CONTRATADA os serviços e emprego de materiais, considerados de péssima qualidade ou impróprios para a obra, pelos fiscais do SEDUC-COINFRA. Caso haja impugnação de algum item, por parte da fiscalização, a empresa ficará obrigada a substituí-lo no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

Serão de responsabilidade integral da empresa CONTRATADA, o transporte e o manuseio dos materiais utilizados na execução dos serviços, até a entrega e aceitação final (recebimento definitivos) por parte da SEDUC.

8.2 DAS MEDIÇÕES

Serão realizadas em **18 (dezoito) medições com previsão de 810 (oitocentos e dez) meses**, conforme Cronograma Físico e Financeiro (ID. 0061852022), acompanhada pela Comissão de Fiscalização e acompanhado pelo Responsável Técnico da Empresa.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em consulta efetuada na Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Organizacional - SEDUC-CPOD, foi realizada **Declaração de Disponibilidade Orçamentária e Financeira** da despesa, conforme seguinte dotação orçamentária:

12.361.2156.1578 - Modernizar a infraestrutura Física das Unidades Escolares do Ensino Fundamental - 1.500.0.01001 - Recursos não vinculados de impostos (Ensino), Natureza de Despesa: 4.4.90.51 - Obras e Instalações.

12.362.2157.1580 - Modernizar a infraestrutura Física das Unidades Escolares do Ensino Médio, Fonte de Recurso: 1.500.0.01001 - Recursos não Vinculados de Impostos (Ensino), Natureza de Despesa: 4.4.90.51 - Obras e Instalações.

10. DA ESTIMATIVA DA DESPESA

O preço estimado para realização desta obra é de **R\$ 8.965.262,10 (oito milhões, novecentos e sessenta e cinco mil duzentos e sessenta e dois reais e dez centavos)**.

As quantidades foram estimadas com base no levantamento realizado pela Equipe de Engenharia - COINFRA, de acordo com os Projetos de Construção (ID.0052076132), Planilha Orçamentária, Mem. Calculo e Cronograma Físico e Financeiro (ID.0061852022) e Memorial Descritivo (ID.0052076169).

* **Projeto Arquitetônico:** Projeto Arquitetônico (ID.0052076132), Memorial Descritivo (ID.0052076169), RTT - Registro de Responsabilidade Técnica (ID.0052076213) e Declaração de Autoria (ID.0052088443);

* **Projeto Estrutural e Hidrossanitário:** Projeto Estrutural (ID.0052076413), Projeto Hidrossanitário - Parte 1 (ID.0052128749), Projeto Hidrossanitário - Parte 2 (ID.0052128793), Memorial Descritivo - Estrutural (ID.0052106960), Memorial Descritivo - Hidrossanitário (ID.0052076451), Anotação de Responsabilidade Técnica (ID.0052076486) e Declaração de Autoria (ID.0052088507);

* **Projeto Estrutura Metálica:** Projeto Estrutura Metálica (ID.0052076520), Projeto Estrutural (ID.0052125780), Memorial Descritivo (ID.0052076545, 0052126024), Anotação de Responsabilidade Técnica (ID.0052076568) e Declaração de Autoria (ID.0052088523);

* **Projeto Elétrico, Rede Lógica e SPDA:** Projeto Elétrico (ID.0052076919), Projeto de Rede Lógica (ID.0052077178), Projeto SPDA (ID.0052077073), Memorial Descritivo - Rede Lógica (ID.0052076958), Memorial Descritivo - Elétrica (ID.0052109641), Memorial Descritivo - SPDA (ID.0052109662), Memorial de Cálculo - SPDA (ID.0052125498), Anotação de Responsabilidade Técnica (ID.0052076977) e Declaração de Autoria (ID.0052088545);

* **Projeto PPCIP:** Projeto de PPCIP (ID. 0052077020), Certificado de Aprovação PPCIP (ID. 0052077041), Anotação de Responsabilidade Técnica (ID. 0052077087), Declaração de Autoria (ID. 0052197159);

* **Projeto de Drenagem:** Projeto de Drenagem (ID. 0052077305), Memorial Descritivo (ID. 0052132095), RTT - Registro de Responsabilidade Técnica (ID. 0052082209), Declaração de Autoria (ID. 0052088619);

* **Planilha Orçamentária:** Planilha Orçamentária (ID.0061852022), Tabela SINAPI - Novembro/2024 (ID.0057615498), Anotação de Responsabilidade Técnica (ID.0057615324), Declaração de Autoria (ID.0061224786).

*Os valores estimados na planilha de detalhamento acima, estão de acordo com os praticados na Tabela SINAPI - NOVEMBRO/2024 (ID.0057615498), sendo que os quantitativos foram realizados pelos profissionais/técnicos da COINFRA.

10.1 - DA ESCOLHA DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Para a prestação de serviço de construção de unidade educacional onde funcionará a **E.E.E.F.M José Rosales dos Santos**, foram elaboradas planilhas orçamentárias estimadas com as tabelas DESONERADA e NÃO DESONERADA. Foram utilizados como referência os preços publicados pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI ou aqueles constantes das composições de custos unitários elaboradas pela Secretaria de Estado de Educação. Após a elaboração das planilhas, verifica-se que a **NÃO DESONERADA** é a mais vantajosa, conforme art. 5º da Lei Federal 14.133/21.

10.2 - DA COMPOSIÇÃO DO BDI

COMPOSIÇÃO DO BÔNUS DE DESPESAS INDIRETAS - BDI

Item	Descrição	SIGLAS	(%)
1.0	Seguro e Garantia	S+G	0,80%
2.0	Risco	R	0,97%
3.0	Despesas Financeiras	DF	0,59%
4.0	Administração Central	AC	3,00%
5.0	Lucro	L	7,40%
6.0	Tributos (COFINS, ISS, PIS e CPRB)	I	6,65%
6.1	COFINS		3,00%
6.2	PIS		0,65%
6.3	ISS*		3,00%
6.4	CPRB**		
TOTAL B.D.I. - Aplicada fórmula			21,25%

*Obs.: % de ISS considerando 2%, 3% e 5% do Preço de venda - Observar a legislação do Município.

**CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, Lei nº 13.161/2015, alíquota de 4,5%, até 13/05/2021.

Os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo do LDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante.

Parâmetros segundo o "ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário"

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			SEGURO+GARANTIA			RISCO		
1º Quartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil
3,00%	4,00%	5,50%	0,80%	0,80%	1,00%	0,97%	1,27%	1,27%

DESPESA FINANCEIRA			LUCRO		
1º Quartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil
0,59%	1,23%	1,39%	3,16%	7,40%	8,96%

Fórmula com base no Acórdão 2622/2013 - TCU
FÓRMULA DO BDI/LDI

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

AC = taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central;

S = taxa representativa de Seguros;

R = taxa representativa de Riscos;

G = taxa representativa de Garantias;

DF = taxa representativa das Despesas Financeiras;

L = taxa representativa do Lucro;

I = taxa representativa da incidência de Impostos

R = taxa representativa de Riscos;

G = taxa representativa de Garantias;

DF = taxa representativa das Despesas Financeiras;

L = taxa representativa do Lucro;

I = taxa representativa da incidência de Impostos

COMPOSIÇÃO DO BÔNUS DE DESPESAS INDIRETAS - BDI - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS (NÃO DESONERADO)

Item	Descrição	SIGLAS	(%)
1.0	Seguro e Garantia	S+G	0,48%
2.0	Risco	R	0,85%
3.0	Despesas Financeiras	DF	0,85%
4.0	Administração Central	AC	3,45%
5.0	Lucro	L	5,11%
6.0	Tributos (COFINS, ISS, PIS e CPRB)	I	5,65%
6.1	COFINS		3,00%
6.2	PIS		0,65%
6.3	ISS*		2,00%
6.4	CPRB**		
TOTAL B.D.I. - Aplicada fórmula			17,72%

*Obs.: % de ISS considerando 2%, 3% e 5% do Preço de venda - Observar a legislação do Município.

**CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, Lei nº 13.161/2015, alíquota de 4,5%, até 13/05/2021.

Os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo do LDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contratado, não

BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

PARCELA DO BDI	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1,50%	3,45%	4,49%
SEGURO + GARANTIA	0,30%	0,48%	0,82%
RISCO	0,56%	0,85%	0,89%
DESPESA FINANCEIRA	0,85%	0,85%	1,11%
LUCRO	3,50%	5,11%	6,22%

FÓRMULA DO BDI/LDI DE ACORDO COM O ACÓRDÃO 2622/2013 - TCU

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

AC = taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central;

S = taxa representativa de Seguros;

R = taxa representativa de Riscos;

G = taxa representativa de Garantias;

DF = taxa representativa das Despesas Financeiras;

L = taxa representativa do Lucro;

I = taxa representativa da incidência de Impostos

R = taxa representativa de Riscos;

G = taxa representativa de Garantias;

DF = taxa representativa das Despesas Financeiras;

L = taxa representativa do Lucro;

I = taxa representativa da incidência de Impostos

11. DO INSTRUMENTO E DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

11.1 A formalização decorrente da presente contratação, ficará subordinada às normas da Lei 14.133/2021 e será instrumentalizada por intermédio de Contrato Administrativo conforme disposto no Art. 95 da Lei nº. 14.133/2021.

11.2 A Administração convocará regularmente o interessado para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado da data da ciência a notificação, para no local indicado, firmar o instrumento de Contrato, nas condições estabelecidas no respectivo Projeto Básico e Edital de licitação sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, § 5º da Lei n.º 14.133/2021.

11.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

11.4 Conforme § 5º do Art. 90 da Lei federal 14.133/2021, a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

11.5 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo obedecida a ordem de classificação e examinada a aceitabilidade da proposta

classificada quanto ao objeto, valor ofertado e habilitação, podendo inclusive negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, independentemente da cominação prevista no art. 90, § 2º da Lei n.º 14.133/2021.

11.6 A contratação resultante do objeto deste instrumento, reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11.09.90.

11.7 Toda e qualquer modificação, redução ou acréscimo nas disposições do Contrato será formalizada através de Termo Aditivo, exceto as previstas no inciso II, do art. 136 da Lei 14.133/2021

11.8 O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme o **item 10 deste Projeto Básico**.

11.9 É obrigação do contratado de manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12. DO REAJUSTE DO CONTRATO

Os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de **12 (doze) meses**, de acordo com o art. 2º, da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Em obediência ao princípio de anualidade de proposta (art. 2º, §1º, c/c art. 3º da Lei nº 10.192/2001), em caso de eventual reajuste de preços solicitados pela contratada dentro da vigência contratual e desde que transcorrido o prazo de 12 meses da data da apresentação da proposta, aplicar-se-á ao cálculo o **INCC (Índice Nacional do Custo da Construção)**.

A **data-base** da planilha orçamentária estimativa é **NOVEMBRO/2024** e serve como orientação aos **CONCORRENTES**. Esta será a data-base para reajuste, observado o disposto na Cláusula de Reajuste do Edital

Os preços contratuais, em reais, “será reajustada” pelo < Índice Nacional da Construção Civil, coluna 35>, fornecidos < Fundação Getúlio Vargas – FGV>, após decorrido 01 (um) ano do mês base da proposta, que deverá ser o mesmo, nos termos do art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192, de 14/02/01, sendo o índice inicial referente ao mês.

Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da contratada conforme cronograma sico aprovado.

Os critérios de reajuste seguirão as diretrizes do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Art. 150. O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público.

§ 1º A Administração deverá indicar o critério de reequilíbrio de preços, que deverá ser sob a forma de reajuste em sentido estrito, com a previsão de índices específicos ou setoriais, ou por repactuação, pela demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.

§ 2º Sob pena de nulidade, cláusula de reajuste vinculada a variações cambiais ou ao salário-mínimo, só poderá ser admitida mediante justificativa específica, observadas as prescrições legais.

Art. 151. O pedido relacionado ao equilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito.

§ 1º Apresentado no prazo estipulado no caput deste artigo, os efeitos financeiros retroagirão à data-base prevista na convenção coletiva de trabalho ou à data de ocorrência do fato gerador.

§ 2º Caso o pedido seja feito fora do prazo previsto no caput deste artigo, os efeitos financeiros serão contados a partir da data de recebimento do pedido pela contratante, sendo vedado ao ordenador de despesa conceder efeito retroativo aos efeitos financeiros.

§ 3º A contratada para a execução de remanescente de obra ou serviço tem direito ao reajuste ou repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação.

Art. 152. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos seguintes, deverão ser instruídos com:

I - requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;

II - análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;

III - documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;

IV - autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta.

Art. 153. Os reajustes e as repactuações a que o contratado tem jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise.

Art. 154. O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices combinados, específicos ou setoriais.

§ 1º Nas hipóteses em que o valor dos contratos de serviços continuados sejam preponderantemente formados pelos custos dos insumos, poderá ser adotado o reajuste de que trata este artigo.

§ 2º O reajustamento deverá observar o índice específico ou setorial previsto no contrato, bem como o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar do orçamento estimado definitivo da Administração, ou, de forma justificada, o Edital pode prever outra data-base, como a data da apresentação da proposta ou a data do orçamento a que essa proposta se referir, ou do último reajustamento levado a efeito no contrato.

§ 3º Caso haja a prorrogação do contrato, o contratado deverá ressaltar expressamente sua pretensão ao reajustamento de preços previamente à prorrogação do contrato ou em termo aditivo, sob pena de preclusão.

§ 4º Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, esta deverá ser levada em consideração quando da análise técnica acerca do reajuste, de modo a evitar a sobreposição indevida dos institutos.

§ 5º Deverão ser excluídos do cálculo do efeito financeiro do reajustamento eventuais parcelas cuja execução ou fornecimento se encontrem atrasadas por culpa do contratado.

§ 6º Em caso de paralisação ou aditamento de prazo em obras públicas, que venha a ultrapassar o prazo previsto em contrato para a execução, ter-se-á que as parcelas contratuais excedentes ao prazo original serão reajustadas pelo índice previsto no instrumento convocatório, desde que devidamente justificado pela contratante e que o contratado não tenha dado causa ao atraso na execução.

§ 7º O registro do reajustamento de preços poderá ser formalizado por simples apostila, conforme o art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observada a minuta padronizada aprovada pela Procuradoria-Geral do Estado, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.

§ 8º É nula qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a um ano.

Art. 155. O pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:

I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

Art. 156. A escolha do índice de reajuste observar-se-á o critério da especialidade e da setorialidade, analisando se para o objeto contratual há índice específico de reajuste.

Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

R = ((Ii - Io) x V), onde:

R = valor da parcela de reajustamento procurado.

Io = Índice de preço verificado na data-base vinculado ao orçamento estimado pela administração.

Ii = índice de preço referente ao mês de reajustamento.

V = valor a preços iniciais da parcela do contrato de obras ou serviços a ser reajustados.

Os serviços ou obras que forem entregues com atraso imputável à Contratada, não gerarão direitos a reajuste ou atualização monetária caso ocorra.

A verificação da ocorrência de atraso será feita mediante comparação entre o valor acumulado executado e o valor acumulado previsto no cronograma vigente no início da execução dos serviços em análise, sendo considerado atraso sempre que o acumulado executado for inferior ao acumulado previsto;

Constatada a ocorrência de atraso a incidência de reajuste não ocorrerá sobre a parcela inadimplida, cabendo à fiscalização da obra a formalização da identificação da parcela em atraso para que quando executada receba exclusivamente o índice de reajuste vigente na data da previsão de execução, assim sendo, a aprovação de novo cronograma, reprogramação e/ou prorrogação não ensejará aumento de reajuste sobre a parcela atrasada.

No caso de atraso:

a) - Se os preços aumentarem, prevalecerão os índices vigentes nas datas previstas para a realização do fornecimento ou execução das obras ou serviços;

b) - Se os preços diminuírem, prevalecerão os índices vigentes nas data em que os fornecimentos, obras ou serviços forem realizados ou executados

1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

2. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas cuja previsão de execução no cronograma esteja além da data-base considerada.

3. Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

4. Para as etapas do cronograma com previsão de conclusão anterior à data-base considerada, mas que não estejam concluídas, não será aplicado reajuste.

5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será pago à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

12.1. Da viabilidade do reajuste

O pedido de reajuste do contrato deverá ser instruído, observado o Decreto Estadual nº 28.874/2024, com os seguintes documentos:

I - Requerimento da contratada devidamente assinado pelo seu responsável;

II - Planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato; e

III - Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste préxado no instrumento convocatório e no contrato.

12.2. Da Revisão Contratual

A revisão contratual será concedida, a pedido da contratada, para promover o reequilíbrio econômico-financeiro da avença, diante da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

O pedido de revisão de contrato deverá se observado o Decreto Estadual nº 28.874/2024, com os seguintes documentos:

I - Requerimento da contratada devidamente assinado pelo seu responsável;

II - Planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato;

III - Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato;

IV - Documentação hábil demonstrando a ocorrência de fatos imprevisíveis, fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual;

V - Ato do ordenador de despesa do órgão ou entidade que decidir pelo reconhecimento das circunstâncias que autorizam a revisão do contrato; e

VI - Pesquisa de preços praticados no mercado a fim verificar se o preço reequilibrado permanece atendendo o pressuposto fundamental da licitação, se for o caso.

A revisão será formalizada por meio de termo aditivo.

13. DOS ADITIVOS E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. DOS ADITIVOS

Ocorrendo às hipóteses previstas no artigo 124, inciso ii, alínea “d”, da lei nº. 14.133/21, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que documental e suficientemente comprovado o desequilíbrio contratual.

Fica vedada a celebração de termos aditivos ao contrato, exceto se verificada uma das seguintes hipóteses:

Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, devido a caso fortuito ou força maior.

Caso fortuito ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência.

Necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração Pública, desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte da Contratada, observados os limites previstos no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

O julgamento do menor preço terá como referência o preço global fixado no instrumento convocatório, sendo o desconto estendido aos eventuais termos aditivos.

Alterações por necessidade de adequações técnicas do Projeto contratado poderão acarretar acréscimos contratuais apenas se decorrerem de fatos supervenientes à elaboração da proposta, como alterações normativas e indisponibilidade de materiais no mercado.

A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alterações quantitativas ou qualitativas que decorram de erros, falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos dos projetos não serão causa de qualquer forma de acréscimo de valor ao Contrato.

13.2. DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato, além de obedecer aos requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, será proporcional ao desequilíbrio efetivamente suportado, cuja existência e extensão deverão ser comprovados pela CONTRATADA ou pelo CONTRATANTE, conforme o caso, e darão ensejo à alteração do valor do contrato para mais ou para menos, respectivamente.

Ocorrendo alteração das condições econômicas fundamentais prevalecentes na assinatura do contrato, será assegurada a recuperação dos valores ora contratados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na conformidade do disposto no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/21.

Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

14. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. DO PRAZO: Oficialmente convocada pela Administração com vistas à celebração do Termo Contratual, é dado à adjudicatória, o prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, contado da data da ciência ao chamamento, pela SEDUC/RO, firmar o instrumento de Contrato.

A CONTRATADA deverá assinar/atestar o recebimento da Ordem de Serviços, no prazo de até **5 (cinco) dias consecutivos**, contados a partir da convocação, sob pena de aplicação de multa prevista no Instrumento de Contrato.

Antes do início dos serviços será realizada, sob a organização do gestor de contrato reunião inicial entre a Contratada e a Contratante (com participação de representantes da Direção e Preposto da CONTRATADA, da Gestão e Fiscalização Técnica do contrato).

Na reunião inicial citada no item acima a CONTRATADA efetuará a entrega de declaração de conformidade e viabilidade das condições para a execução dos serviços, declarando o conhecimento e anuência aos Projetos destinados a execução do objeto, assinada pelo responsável técnico e pelo representante legal da empresa, a ser atestada pelo gestor de contrato e fiscais técnicos de contrato.

a) PRAZO DE INÍCIO: o prazo para início os trabalhos fica fixado em **10 (dez) dias** a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA.

- Após a assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviços do COINFRA/SEDUC, a CONTRATADA terá 10 dias corridos para **MOBILIZAÇÃO e INÍCIO** das obras.

b) PRAZO DE EXECUÇÃO: o prazo previsto para execução total dos serviços é de **540 (quinhentos e quarenta) dias corridos**, conforme indicado no Cronograma Físico-financeiro, anexo Planilha Orçamentária - Cronograma (ID.0061852022), contado a partir do recebimento da Ordem de Serviços pela CONTRATADA.

c) PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: o prazo de vigência do contrato será de **810 (oitocentos e dez) dias**, a contar a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA.

As Ordens de Paralisação, devidamente justificadas por escrito nos autos, suspendem o curso do prazo de execução do contrato, tornando a correr com a Ordem de Reinício dos serviços.

A Ordem de Serviço será emitida em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme previsão do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

A prorrogação do prazo de execução, descontados os períodos de paralisação, será permitida, segundo o § 5º do art. 115 da Lei nº 14.133/2021, automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Art. 183 da Lei nº. 14.133/2021.

Só se iniciam e vencem os prazos previstos neste instrumento em dia de expediente na SEDUC-RO.

A Contratada se obriga a acatar as solicitações da fiscalização da Secretaria de Estado da Educação para paralisar ou reiniciar as obras.

14.2. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Os serviços serão executados de acordo com as especificações técnicas integrantes dos Memoriais e Projetos de Arquitetônicos e complementares, anexo a este instrumento.

Os serviços serão contratados através de certame licitatório, pela modalidade a ser decidida pela Superintendência Estadual de Licitações SUPEL, órgão responsável por essa deliberação no governo do estado de Rondônia.

Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente às normas e códigos aplicáveis ao serviço em pauta, sendo que as especificações da ABNT serão consideradas como elemento base para quaisquer serviços ou fornecimentos de materiais e equipamentos.

Onde as normas da ABNT faltarem ou forem omissas, deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações, normas e regulamentos de órgãos/entidades internacionais reconhecidos como referência técnica, bem como as recomendações dos fabricantes dos equipamentos e materiais.

Em particular, também devem ser observadas, no que couberem, as seguintes Recomendações, Normas, Decretos e Leis: As Normas e especificações constantes no presente projeto; As prescrições e recomendações dos fabricantes; na falta das Normas da ABNT; Manual de Obras Públicas – Edificações - Práticas SEAP.

O acompanhamento e/ou a execução dos serviços deverão ser realizados pelo(s) profissional(is), cujo acervo técnico implicou na qualificação técnica da empresa CONTRATADA ou outro de igual ou superior qualificação.

A empresa CONTRATADA deverá indicar profissional para representá-la como preposto nas atividades relacionadas à execução do contrato. O representante será responsável por decidir em nome da CONTRATADA e participará de reuniões e outras atividades de coordenação, planejamento, acompanhamento e avaliações que venham a ser convocada pelo SEDUC-COINFRA.

A programação e data para execução dos serviços poderão ser aprovadas pela fiscalização, devendo-se considerar que muitos serviços serão realizados em horários comerciais, podendo ser ajustado, sem nenhum ônus adicional a SEDUC, os quais já deverão estar previstos nos preços apresentados pela empresa, quando da licitação.

Os materiais provenientes de demolição ou desmontagem reaproveitáveis ou não, deverão ser convenientemente removidos e descartados por empresa habilitada para este fim. Ao término dos serviços, a CONTRATADA será responsável pela limpeza da área.

A CONTRATADA deverá adotar práticas de responsabilidade social, como a promoção do consumo consciente de recursos naturais, a destinação adequada de resíduos, a promoção da acessibilidade e a valorização da cultura local (art. 17, inciso V).

14.2.1 Das soluções técnicas globais e localizadas

O contratado é responsável por escolher as soluções técnicas reputadas mais compatíveis com as diretrizes fixadas para o empreendimento, em atendimento a alínea "b", Inciso XXV, Art. 6 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à Administração aprovar a solução apresentada, avaliando sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam sua qualidade ou vida útil.

14.2.2 Definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra

Informamos que a aprovação dos métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra deverão ser aprovados pela gestor do contrato por meio da comissão de fiscalização para fins de execução da contratação. A **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de obra referente a reforma e ampliação da E.E.E.F.M José Rosales dos Santos, localizada no Distrito de Nova Estrela, Município de Rolim de Moura - RO** exige um planejamento detalhado e uma execução eficiente. Empresas especializadas possuem os recursos e a infraestrutura necessários para realizar a obra de maneira ágil, minimizando atrasos e garantindo que a escola esteja pronta para uso o mais rápido possível. A eficiência na execução é especialmente importante para atender às necessidades da comunidade escolar do Distrito de Nova Estrela pertencente ao Município de Rolim de Moura.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1 A contratada fica obrigada a prestar garantia contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do Contrato o comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, nas modalidades definidas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Caberá à CONTRATADA manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual, acrescido de 6 (seis) meses, renovando ou reforçando-a conforme necessário.

A Contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária ou Seguro – Garantia, fica a sua prestação condicionada a aceitação pela Administração da instituição bancária garantidora.

d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

Se a opção de garantia se fizer em seguro-garantia ou fiança bancária, esta deverá conter expressamente a cláusula de prazo de validade igual ou superior ao prazo de execução do futuro contrato, a cláusula de atualização financeira, bem como as cláusulas de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

Quando optar por modalidade de Seguro-garantia, o prazo mínimo é fixado em 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade, conforme previsto no art. 96, § 3º da Lei nº 14.133/21.

Caso a garantia seja ofertada em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda não sendo aceitos aqueles emitidos na primeira metade do Século XX (decreto. Nº 32.392 de 09.03.1953).

Se, por qualquer razão, for necessária a alteração do futuro contrato, a Contratada ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido.

A garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pelos danos ou prejuízos causados à Contratante e pelas eventuais multas ou penalidades aplicadas, podendo ainda reter créditos decorrentes do futuro contrato, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

Uma vez aplicada multa à futura Contratada, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, poderá a Contratante convocar a empresa Contratada para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

No caso de rescisão do futuro contrato determinado por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados do art. 137, I a IX da Lei nº 14.144/2021, a garantia será executada para ressarcimento da Contratante e dos valores das multas e indenizações a ela porventura devidos, conforme Art. 139, III da Lei nº 14.133/2021.

Quando a rescisão ocorrer pelos motivos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda o direito à devolução da garantia e pagamentos devidos pela execução do futuro contrato até a data da rescisão, conforme art. 138, II da Lei nº 14.133/2021.

A garantia prestada pela Contratada ou seu saldo, se houver, será liberada ou restituída após a execução do futuro contrato, conforme disposto no art. 100 da Lei nº 14.133/2021, devendo o representante da empresa Contratada entregar requerimento, dirigido à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC-RO.

A qualquer momento a garantia prestada poderá ser substituída, mediante requerimento do interessado, respeitadas as modalidades antes previstas. Neste caso, o valor da Garantia será calculado sobre o valor do futuro Contrato ajustado à época da solicitação.

A Contratada deverá apresentar o seguro-garantia conforme dispõe no art. 102, da Lei nº 14.133/2021.

A garantia ficará à responsabilidade e à ordem da Diretoria Financeira da Contratante e somente será restituída após a execução integral do contrato e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente com base no IGP-M calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Caso a empresa opte pelo seguro-garantia, este não poderá conter cláusulas excludentes, que exima de responsabilidades trabalhistas ou por inexecução contratual por parte da Contratada.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada a proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas, conforme o art. 45, V, da Lei 14.133/21;

Garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme o art. 45, VI, da Lei 14.133/21;

Além dos encargos determinados neste certame, por Lei, Decretos, Normas e/ou regulamentos, nos deveres e obrigações das partes se incluem:

A empresa CONTRATADA deverá assinar o contrato disponibilizado via Sistema Estadual de Informação - SEI no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a notificação para assinatura do Contrato.

A empresa CONTRATADA deverá comparecer a SEDUC no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a notificação para o recebimento da Ordem de início dos Serviços.

Fazer, impreterivelmente, no prazo de 10 (dez) dias entre a assinatura do Contrato e o início da obra, minucioso exame das especificações e projetos, de modo a poder, em tempo hábil e por escrito, apresentar à fiscalização, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para devido esclarecimento e aprovação, sob pena de preclusão.

Executar os serviços conforme especificações constante neste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades mínimas especificadas neste instrumento e em sua proposta.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas no total ou em parte, o objeto da licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de má qualidade dos materiais empregados, até o prazo de 05 (cinco) anos, na forma do art. 618, do Código Civil Brasileiro, sem ônus para o Secretaria Estadual de Educação - SEDUC.

Responsabilizar-se:

- a) também assim, garantir durante a execução, a proteção e a conservação dos serviços executados, até o seu recebimento definitivo;
- b) manter a guarda da obra, até o seu final e o definitivo recebimento e a comprovação da funcionalidade da obra pelo SEDUC-COINFRA.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;

Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, regularidade ambiental, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores;

Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nesta Solicitação de compras;

Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidades, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis n. 6.496/77 e 12.378/2010);

Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Projeto Básico e seus anexos, conforme artigo 93 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017: O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Promover a organização técnica e administrativas dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinentes, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações dos memoriais descritivos e projetos respectivos.

Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.

Adquirir e manter permanentemente no escritório da obra, um livro de ocorrência sem rasuras ou entrelinhas, para registro obrigatório de todas e quaisquer ocorrências que mereçam destaque e ART ou RRT de execução da obra devidamente registrada;

Deverá manter permanentemente no canteiro de obras, engenheiro ou arquiteto residente com plenos poderes de decisão na área técnica e com registro junto ao CREA/RO e/ou CAU/RO;

Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

Executar às suas expensas, todas as sondagens e escavações exploratórias que se fizerem necessárias e indispensáveis à execução da obra;

Promover e responder por todos os fornecimentos de água e energia elétrica, à execução da obra, inclusive as instalações provisórias destinadas ao atendimento das necessidades;

Responsabilizar-se, e a seu ônus, o desenvolvimento de quaisquer projetos, estudos e trabalhos necessários para a emissão do Alvará da obra, além do projeto executivo;

Conduzir a execução da obra pactuada em estreita conformidade com o Projeto Básico aprovado pelo Contratante, guardadas as normas técnicas pertinentes à natureza e a finalidade de empreendimento;

Assumir toda a responsabilidade civil sobre a execução da obra, objeto desta licitação;

Contratar todos os seguros exigidos pela legislação brasileira, inclusive os pertinentes a danos a terceiros, acidente de trabalho, danos materiais a propriedades alheias e os relativos a veículos e equipamentos;

Adquirir e manter no local da execução da obra, todos os equipamentos destinados ao atendimento de emergência, incluindo os de proteção contra incêndio e acidente de trabalho – EPI e EPC;

Permitir e facilitar a inspeção da fiscalização, inclusive prestar informações e esclarecimento quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes a execução da obra;

A Contratada é obrigada a colocar e manter no local da obra, placa discriminando o objeto e o número do Contrato, com o respectivo valor, conforme o Manual de uso da marca do Governo Federal - Obras:

a) Os veículos, equipamentos e máquinas no acampamento deverão ser uniformes, fixando-se em duas faces dos mesmos o slogan “A serviço do Governo de Rondônia”, com modelo fornecido pelo Contratante;

b) Além dos equipamentos e vestimentas exigidos por lei e normas de segurança (Lei nº. 6.514, de 22 de dezembro de 1977 da NR 06/78), os funcionários deverão apresentar-se uniformizados.

Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, compatíveis com as obrigações por esta assumida (art. 92, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021).

A Contratada é obrigada afixar placas de sinalização de obras com ampla visão em pontos antes e depois, em ambos os sentidos. Nos serviços de pequena duração que envolva riscos de acidentes, as placas de sinais verticais deverão ser preferencialmente assentadas em bases de fácil transporte e não fixadas ao solo:

a) Os Serviços de sinalização e dispositivos de segurança deverão atender às Normas e especificações da SEDUC-COINFRA, DNIT e ABNT;

b) Será a Contratada responsabilizada por todo e qualquer acidente causado na obra, cuja causa seja comprovada pela ausência de sinalização;

c) Em todas as obras a sinalização deve merecer maior atenção de todos os envolvidos na execução dos serviços, em face dos acidentes que podem ocorrer devido à ausência ou insuficiência de sinalização.

Todos os ônus decorrentes da execução dos serviços em desacordo com as especificações técnicas, ou por consequência de sinalização inadequada correrão por conta da Contratada;

Os serviços contratados somente deverão ser iniciados após a instalação da sinalização de segurança, de fornecimento da contratada (cones, cavaletes e dispositivos refletivos e de iluminação intermitente). Além disso, todos os funcionários deverão usar coletes refletivos no desenvolvimento dos serviços;

Os danos causados a bens públicos ou de terceiros, acidentes pessoais com funcionários e/ou com o envolvimento de terceiros, correrão sob responsabilidade da contratada. A esta caberá também os eventuais ressarcimentos financeiros às vítimas dos danos.

Correm por conta da Contratada todas as despesas com os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas e especificações da ABNT, para a boa execução do objeto do contrato;

A contratada deverá apresentar o Manual de operação uso e manutenção da edificação segundo a Norma Brasileira - NBR 14.037. Este documento deve ser entregue para arquivo no final da construção tanto em formato digital como impresso. Este Manual deve conter, no Mínimo os seguintes:

- a) Cópias de todos os Projetos de Aprovação (Prefeitura, Bombeiros, etc...);
- b) Cópias dos Projetos como Construído ("as built");
- c) Alvará e Licenças;
- d) Termos de Garantia de Materiais, Máquinas e Equipamentos;
- e) Manual de Uso e Manutenção das Máquinas e Equipamentos.

Para tramitação das medições serão exigidos os documentos e informações, conforme o que se segue:

Na primeira medição:

- a) Inscrição do contrato na Seguridade Social, Matrícula INSS (CEI) N°;
- b) Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO – ART (Autenticada) N°;
- c) Relatório: PPR/PCMAT devidamente assinado pelo Engenheiro do Trabalho e Fiscais da SEDUC-COINFRA com comprovante de registro no CREA/RO – ART (Autenticada) N°;
- d) Relatório: PCMSO devidamente assinado pelo Médico do Trabalho e Fiscais da SEDUC-COINFRA;
- e) Certidão negativa da Receita Federal;
- f) Certidão negativa da Fazenda Estadual;
- g) Certidão da Dívida Ativa da União;
- h) Certidão negativa do INSS;
- i) Certidão negativa municipal;
- j) Certidão de Regularidade do FGTS;
- k) Certidão negativa a de débitos trabalhistas;
- l) Guia GPS INSS (original / autenticada);
- m) Guia GFIP INSS(original / autenticada).

A partir da segunda medição:

- a) Recolhimento do ISS-QN da Prefeitura;
- b) Certidão negativa da Fazenda Estadual;
- c) Certidão negativa da Receita Federal;
- d) Certidão da Dívida Ativa da União;
- e) Certidão negativa do INSS;
- f) Certidão negativa municipal;
- g) Certidão de Regularidade do FGTS;
- h) Recolhimento ISS Prefeitura;
- i) Guia GPS INSS (original / autenticada);
- j) Guia GFIP INSS(original / autenticada).
- k) Certidão Negativa de Débitos Fiscais Trabalhistas – CNDT.

Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos (Art. 7º, § XXXIII da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional nº 20 de 1998).

Implantar Canteiro de Obras conforme NR -18 e NBR 1367.

Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

17. **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O Estado de Rondônia, através da Secretária de Estado da Educação – SEDUC/RO obriga-se, nos seguintes termos:

Permitir acesso dos empregados da empresa CONTRATADA, e eventuais Subcontratadas, às suas dependências para a execução dos serviços, portando obrigatoriamente os crachás funcionais da empresa.

Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos técnicos da empresa CONTRATADA;

Efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

Exercer fiscalização e supervisão dos serviços prestados podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas neste Projeto Básico;

Proporcionar todas as facilidades para que a empresa CONTRATADA possa cumprir suas obrigações, dentro das normas e condições contratuais;

Comunicar a empresa CONTRATADA qualquer falha verificada no cumprimento do especificado neste Projeto Básico;

Rejeitar todo ou em parte do material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA;

Cumprir e fazer cumprir o disposto nas disposições deste Projeto Básico podendo aplicar as penalidades previstas em lei pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços;

- Receber as Notas Fiscais/Faturas e conferir se está em conformidade com os materiais. Devendo posteriormente, encaminhá-la para pagamento, de acordo com as condições de pagamento.

Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da empresa CONTRATADA que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante a qualificação técnico-econômico-financeira, bem como as condições de habilitação exigidas na licitação (art. 92, XII, da Lei nº 14.133/2021);

É compromisso do Contratante, o fiel cumprimento das obrigações pactuadas, a prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução das obras, o pagamento oportuno das parcelas devidas, e ainda, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **60 (sessenta) dias** conforme determina o Inciso XI do Art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da respectiva intimação/notificação.

A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação ou apresentá-la com conteúdo falso, ensejar o retardamento da realização da contratação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos e, se for o caso, será descredenciada do SICAF, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Projeto Básico e demais cominações legais aplicáveis.

O atraso injustificado na execução do objeto ou o descumprimento das obrigações estabelecidas sujeitarão a contratada à multa de mora, conforme percentuais e bases de cálculo estabelecidos no item **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**, a qual será recolhida no prazo máximo de quinze dias, uma vez comunicada oficialmente.

Transcorrido o prazo máximo de 15 (quinze) dias de inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá rescindi-lo.

Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, no prazo de cinco dias úteis a contar da notificação, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, ou sobre o valor correspondente a parte não executada, no caso de inexecução parcial, a ser recolhida no prazo de quinze dias, contado da comunicação oficial;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com o Secretária de Estado de Educação - SEDUC, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. (inciso IV, do art. 156, da Lei nº 14.133/21).

A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da CONTRATADA de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

- Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a Secretária de Estado de Educação - SEDUC, em virtude de atos ilícitos praticados;
- Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do CONTRATANTE;
- Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 14.133/21, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do CONTRATANTE após a assinatura do Contrato;
- Apresentação, ao CONTRATANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação.

Se o valor da multa não for pago, será cobrado administrativamente, podendo, ainda, ser cobrado judicialmente.

Em caso de negativa de assinatura do termo contratual por parte da licitante vencedora será ela penalizada com multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta, a ser recolhida no prazo de quinze dias, contado da comunicação oficial, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Secretária de Estado de Educação - SEDUC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

A sanção estabelecida na alínea “d”, deste documento é de competência exclusiva do **Secretaria de Estado de Educação - SEDUC**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas aqui estipuladas e também previstas na Lei 14.133/21.

Os valores das multas aplicadas deverão ser recolhidos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será abatido da garantia, quando houver. Sendo a garantia insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

Serão remetidas cópias dos processos administrativos dos fornecedores que sofrerem sanção administrativa passível da inserção no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual pela Controladoria Geral do Estado, nos termos da **Lei nº. 2.414/2011**.

Ressalvada a hipótese de força maior e caso fortuito, o atraso injustificado na execução parcial ou total do objeto sujeitará a Contratada, **nos termos do Título IV, Capítulo I da Lei n. 14.133/21**, à multa de mora diária, as seguintes sanções:

- Multa de mora de **0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do contrato**, por dia de atraso para assinatura do instrumento contratual, até o limite de 10 (dez) dias, após o qual poderá ser aplicada a multa compensatória de **10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato**, caso a empresa vencedora da licitação não compareça para assinatura, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;
- Multa de mora de **0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do contrato**, por dia de atraso para o recebimento da Ordem de Serviço, contado a partir do vencimento do prazo da convocação, até o limite de 10 (dez) dias, após o qual será considerada a inexecução parcial ou total do contrato, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;
- Multa de mora de **0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor global do contrato**, por dia de atraso, após o transcurso do prazo previsto para o início da execução dos serviços, até o limite de 15 (quinze) dias, após o qual será considerada a inexecução parcial ou total do contrato, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;
- Multa de mora de **10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida**, no caso de não proceder à disponibilização dos equipamentos, instalações, aparelhamento ferramental, veículos e pessoal técnico adequado e necessário para a realização do objeto da presente licitação, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada;
- Multa de mora de **0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do contrato**, por cada obrigação descumprida, até o limite de 10% (dez por cento), sem prejuízo de uma possível rescisão contratual, nos moldes do artigo 138, da Lei 14.133/21;
- Multa de mora de **10% (dez por cento) sobre o valor das correções ou reparos na obra que se fizerem necessários no decorrer de 05 (cinco) anos contados de seu recebimento definitivo**, conforme constatado pela Comissão de Fiscalização, caso não sejam executados no prazo estabelecido pela SEDUC para realização dos serviços;

As multas previstas no subitem anterior podem ser aplicadas cumulativamente com as multas compensatórias estipuladas pela inexecução total ou parcial da obra contratada.

Pela ***inexecução parcial da obra***, a Contratada estará sujeita à multa compensatória de **10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida**.

Pela ***inexecução total da obra*** a Contratada estará sujeita à multa compensatória de **10% (dez por cento) sobre o valor global do Contrato**.

A incidência de quaisquer das multas moratórias previstas neste instrumento não eximirá a Contratada da obrigação de efetuar os reparos e correções necessárias na obra.

19. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Na execução dos serviços, a empresa contratada deverá adotar os critérios de **sustentabilidade ambiental**, conforme disposições constantes no Art. 7º do Decreto Estadual nº 21.264/2016.

Na execução dos serviços, a empresa contratada deverá adotar os critérios de **sustentabilidade**, conforme os termos do art. 1º, II, da IN 05/2017/MPOG:

[...] Art. 1º As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta, por órgãos ou entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, observarão, no que couber:

...

II - os critérios e práticas de sustentabilidade; [...]"

20. DA RESCISÃO/CANCELAMENTO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

O Termo de Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, ***nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/21***.

Observadas as demais disposições constantes no ***Capítulo VI, Seção VI da Lei nº 14.133/21***, a rescisão do contrato:

Poderá ser declarada unilateralmente pela contratante, no caso de a Contratada deixar de executar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou havendo a incidência de algum dos casos previstos no **art. 124 à 130 da Lei nº 14.133/21**, conforme disposto na referida Lei;

Será declarada unilateralmente pela contratante se, durante a vigência do contrato, a Contratada contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Governo, haja vista ser vedada, nesses casos, a manutenção, aditamento ou prorrogação contratual, conforme disposto no **art. 3º da Resolução n. 07/2005**, alterado pela **Resolução n. 09/2005**, ambas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, não implicando qualquer ônus para o Governo; e Poderá ocorrer mediante acordo entre as partes ou por via judicial, conforme disposto no art. 138 da Lei 14.133/21.

A rescisão unilateral ou mediante acordo entre as partes, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e, em qualquer caso, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa.

A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância.

As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da **Lei nº 14.133/21** e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública

21. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após a entrega por parte da contratada de todas as suas obrigações, contados da data de apresentação da nota fiscal/fatura emitida pela contratada, depois de medidos e aceitos os serviços pela fiscalização do COINFRA/SEDUC, que conferirá e atestará a sua execução em conformidade com a **Planilha Orçamentária e Cronograma Físico e Financeiro** (ID.0061852022) integrante dos autos.

O art. 46º da Lei nº 14.133/21 define o regime de execução de empreitada por preço global como uma forma de execução indireta, na qual se contrata com terceiros a execução da obra ou do serviço por preço certo e total. Nesse regime, o contratante deve realizar o pagamento por etapa do serviço concluída e não por medições mensais dos serviços efetivamente realizados, como está previsto no contrato em comento.

Essa forma de pagamento não se coaduna com os interesses da Administração Pública, pois é imprescindível que exista conclusão de etapas do serviço para a efetivação do pagamento respectivo.

Não será efetuado qualquer pagamento à empresa Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão requerente, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras.

Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

O órgão requerente efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária e depósito em conta bancária informada pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

O pagamento decorrente as contratações públicas será realizado no prazo de 15 dias úteis após habilitação para procedimento, de acordo com Art. 190 do Decreto Estadual nº 28.874/2024;

As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 02 (duas) vias e apresentadas à Contratante para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número do contrato e da conta bancária da Contratada.

É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal e Regularidade Fiscal e Trabalhista.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Governo, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura serão calculados - mediante apresentação de fatura própria - por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$I=(TX/100)$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, CNPJ: 04.564.530/0001-13 – **Endereço:** Rua Padre Chiquinho, Bairro Pedrinhas – CEP 76.801-468 – Porto Velho/ RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Guaporé, Reto 01.

Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir de data da reapresentação do mesmo;

É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Certidão Negativa Estadual da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Trabalhista e Certidão Negativa Federal, podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos, podendo ser negativa com auto positiva.

Pelo fiel e perfeito fornecimento dos objetos definido neste Projeto Básico, a SEDUC realizará o pagamento, mediante a entrega da (s) nota (s) fiscal (is), que corresponderá (ão) ao valor do objeto contratado e entregue;

No preço a ser pago deverão estar incluídas todas as despesas inerentes a salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, dentre outras despesas indiretas (quando houver);

A Nota Fiscal deverá ser certificada pelos servidores encarregados de fiscalizar a entrega do(s) objeto(s), comprovando a execução do objeto contratado.

22. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

De acordo com Decreto Estadual nº 28.874/2024, e art. 117 da Lei nº 14.133/21, a execução do contrato decorrente do presente Certame deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, dessa forma, o referido Contrato terá como Gestor, o servidor da Gerência de Gestão e Controle de Contratos de Obras - GGCO, que será assistido e subsidiado por um ou mais Fiscais Administrativos e um Fiscal Técnico, designado pela Gerência de Fiscalização de Obras - GFISC.

O Gestor e os Fiscais do Contrato poderão ser localizados na sede da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC – **Endereço:** Rua Padre Chiquinho, Bairro Pedrinhas – CEP 76.801-468 – Porto Velho/ RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Guaporé, Reto 01 - nos horários das 07:30 às 13:30.

Considerando o alto nível de complexidade em torno da gestão do contrato e fiscalização de obras e serviços de engenharia, bem como o grande volume de recursos que será empregado na obra, faz-se necessário, e, indispensável que se institua para fins deste Projeto Básico, a figura do Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico com a finalidade de auxiliar o Gestor, tendo as seguintes atribuições:

a) Fiscal Administrativo: servidor(a) com conhecimento na Área Administrativa, a quem compete fiscalizar o contrato advindo deste Projeto Básico estritamente quanto aos aspectos administrativos da execução, limitados ao controle e acompanhamento da parte referente à documentação formal do contrato, compreendendo a verificação da legislação fiscal, tributária, trabalhista, comercial e contábil; e

b) Fiscal Técnico: servidor (a) com conhecimento na Área Técnica, Engenharia e/ou Arquitetura, a quem compete fiscalizar o contrato advindo deste Projeto Básico nas questões estritamente técnicas, tais como: Compatibilidade entre Projetos e Planilhas e Memoriais Descritivos de Engenharia e de Arquitetura, acompanhamento da execução e cumprimento do Cronograma Físico Financeiro, a conformidade dos Projetos com as normas técnicas da ABNT, aderência às normas, e legislações Federal, Estadual e Municipal dentre outros aspectos da área Técnica, bem como no procedimento licitatório, fase interna e externa, para tanto, caso julgue necessário e pertinente, poderá solicitar auxílio de outro Técnico deste Poder, e desde que devidamente justificado, solicitar ao Gestor do Contrato um profissional especializado do setor público ou da iniciativa privada.

A Coordenadoria de Infraestrutura e Obras Escolares - COINFRA, será reservado o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com o Contrato e/ou especificações do fabricante, devendo a empresa CONTRATADA refazer ou substituir as partes que apresentarem defeitos, sem ônus adicionais.

Serão realizadas **18 (dezoito) medições no período de 18 (dezoito) meses**, conforme Cronograma Físico e Financeiro (ID.0061852022), acompanhada pela Comissão de Fiscalização e acompanhado pelo Responsável Técnico da CONTRATADA.

23. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais servidores com qualificação técnica, nomeados pelo Secretário de Estado da Educação SEDUC/RO, para tal finalidade acompanhados do responsável técnico da Empresa CONTRATADA, observando as disposições contidas no edital e no artigo de 140, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

- O recebimento e a aceitação dos serviços dar-se-ão da seguinte forma:

a) Provisório - Em até 20 (vinte) dias corridos, contados da data da comunicação, por escrito, da conclusão dos serviços pela empresa CONTRATADA, após a realização de teste de conformidade e verificação das especificações técnicas do Projeto Básico, que será efetivado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes;

- Os materiais e equipamentos fornecidos e/ou serviços executados pela CONTRATADA, que não satisfizerem as condições de recebimento, serão recusados pela fiscalização e deverão ser substituídos e/ou refeitos no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

- Se após o Recebimento Provisório for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à empresa CONTRATADA, o prazo para a efetivação do Recebimento Definitivo ficará suspenso até o saneamento das impropriedades detectadas.

A contar da data do recebimento provisório, a Contratante terá o período de até **30 (trinta) dias** consecutivos para observação e vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme o disposto no **art. 119 da Lei nº 14.133/21**.

b) Definitivo - Se o objeto estiver de acordo com as especificações contratuais será emitido o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO do serviço por comissão ou servidor devidamente designado, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes contratantes, do contrário, não se emitirá o referido termo e a Contratante procederá da seguinte forma:

Na hipótese de a Contratante verificar que o objeto deste Projeto Básico não foi perfeitamente executado, mas que se mostra possível sua adequação aos termos pactuados, mediante ajustes, fixará prazo para que a Contratada, às expensas desta, venha a reparar as imperfeições verificadas, observando o disposto no **art. 119 da Lei nº 14.133/21**;

Se a Contratada realizar os reparos necessários dentro do prazo estipulado, adequando o objeto deste Projeto Básico aos termos pactuados, o Gestor do Contrato emitirá o Termo de Recebimento Definitivo; e

Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto deste Projeto Básico ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o **art. 104, inc. II, da Lei nº 14.133/21**, bem como a aplicação de penalidades,

conforme o disposto no **art. 156 da referida Lei**, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

Após o recebimento definitivo do objeto, não poderá a Contratante, impor a execução correta do objeto deste Projeto Básico à Contratada, a não ser que exista algum vício oculto que, no momento da análise para o recebimento definitivo, não poderia ter sido verificado.

O objeto será reputado como recebido, se o termo circunstanciado de que trata no item 22, letra "b)" deste documento não tenha sido lavrado dentro do prazo fixado, desde que a Contratante seja comunicado dessa situação no prazo de **15 (quinze) dias** do término do referido prazo.

O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos serviços executados, nem a ética profissional pela execução do objeto deste Projeto Básico.

Além disso, esse mesmo normativo legal prevê que:

"o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados."

De acordo com o Código Civil:

"nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo."

24. DO CUMPRIMENTO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.783. DE 1º DE FEVEREIRO DE 2021, QUE REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 2.134, DE 23 DE JULHO DE 2009

Conforme consta no art. 1º, fica regulamentada a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009, que **"Dispõe sobre a reserva de vagas para apenados no regime semi-aberto e egressos do sistema penitenciário nas contratações para prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra à Administração Pública do Estado de Rondônia."**, com fulcro no § 9º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que **"Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências"**.

De forma a atender o **Decreto Estadual nº 25.783. de 1º de fevereiro de 2021**, a contratada deve adotar o emprego de mão de obra formada por pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos do sistema prisional, no percentual mínimo de 2% (dois por cento).

25. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), conforme dispõe o art. 125 da lei n. 14.133/2021.

26. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na qualidade de contratante, decidir pela participação ou não de empresas constituídas sob a forma de consórcio, conforme as devidas justificativas, conforme disposto no **artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/21** e o entendimento expresso no **Acórdão TCU nº 1316/2010**, que atribui à Administração a competência para admitir ou vedar consórcios nas licitações que promove, fica vedada a participação de empresas organizadas sob a forma de consórcio neste caso. Tal vedação se justifica pelo fato de o objeto a ser licitado não envolver questões de alta complexidade técnica que exijam a divisão do objeto em partes ou a necessidade de uma união de esforços, como seria o caso em projetos de maior envergadura, enquadrando-se assim, como serviços comuns de engenharia.

A vedação da participação de consórcios não restringe a competitividade, pois existem no mercado diversas empresas com capacidade técnica e financeira para executar o objeto da licitação individualmente, se a empresa participante do certame já possui capacidade técnica e financeira para executar o objeto a ser licitado, a participação dela em consórcio, poderá ser desnecessária e até prejudicial. As empresas participantes individualmente do certame ocasionalmente demonstrará uma melhor avaliação da capacidade técnica-financeira pela administração, diminuindo assim, os riscos de falhas na execução do projeto e manutenção da obra.

27. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE COOPERATIVAS

A participação de cooperativas fica condicionada ao previsto no Art. 16 da Lei nº 14.133/2021, no que diz:

"Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação."

28. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Em conformidade com o disposto no art. 89, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a presente licitação poderá ter a participação de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos da legislação federal pertinente. Informamos ainda que de acordo com os artigos 44 a 47 da Lei Complementar nº 123/2006 e o art. 45, IV, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, será aplicado o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), no julgamento das propostas, nos seguintes termos:

I – Desempate ficto: em caso de empate entre uma ME/EPP e outra empresa, será assegurada preferência à ME/EPP cuja proposta finalista esteja até 10% superior à melhor classificada (ou até 5% em caso de empate), conforme art. 44 da LC nº 123/2006;

II – Regularização fiscal: será permitida a regularização fiscal e trabalhista das ME/EPP que apresentarem alguma restrição, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, contado a partir da notificação da Administração, nos termos do art. 43 da LC nº 123/2006;

III – Reserva de cota: poderá ser prevista, se viável e tecnicamente adequada, a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação exclusiva de ME/EPP, conforme art. 48 da LC nº 123/2006; **IV – A aplicação do tratamento diferenciado será condicionada à comprovação da condição de ME ou EPP conforme os termos da legislação vigente, sendo exigida a respectiva declaração no ato da habilitação.**

29. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

Será permitida a subcontratação para as atividades que não constituem o escopo principal do objeto e os itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do orçamento conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 14.133/21.

"Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa Física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por fianidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

A subcontratação depende de autorização prévia por parte do CONTRATANTE, com parecer técnico da fiscalização, ao qual cabe avaliar se a Subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços.

Entende-se como escopo principal do objeto o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida a apresentação de atestados que comprovassem execução de serviço com características semelhantes.

A subcontratação não exclui a responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

30. **DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas do presente Termo.

31. **DOS ANEXOS**

I - Projeto Arquitetônico (ID.0052076132);
II - Memorial Descritivo (ID.0052076169);
III - RTT - Registro de Responsabilidade Técnica (ID.0052076213);
IV - Declaração de Autoria (ID.0052088443);
V - Projeto Estrutural (ID.0052076413);
VI - Projeto Hidrossanitário - Parte 1 (ID.0052128749);
VII - Projeto Hidrossanitário - Parte 2 (ID.0052128793);
VIII - Memorial Descritivo - Estrutural (ID.0052106960);
IX - Memorial Descritivo - Hidrossanitário (ID.0052076451);
X - Anotação de Responsabilidade Técnica (ID.0052076486);
XI - Declaração de Autoria (ID.0052088507);
XII - Projeto Estrutura Metálica (ID.0052076520);
XIII - Projeto Estrutural (ID.0052125780);
XIV - Memorial Descritivo (ID.0052076545, 0052126024);
XV - Anotação de Responsabilidade Técnica (ID.0052076568);
XVI - Declaração de Autoria (ID.0052088523);
XVII - Projeto Elétrico (ID.0052076919);
XVIII - Projeto de Rede Lógica (ID.0052077178);
XIX - Projeto SPDA (ID.0052077073);
XX - Memorial Descritivo - Rede Lógica (ID.0052076958);
XXI - Memorial Descritivo - Elétrica (ID.0052109641);
XXII - Memorial Descritivo - SPDA (ID.0052109662);
XXIII - Memorial de Cálculo - SPDA (ID.0052125498);
XXIV - Anotação de Responsabilidade Técnica (ID.0052076977);
XXV - Declaração de Autoria (ID.0052088545);
XXVI - Projeto de PPCIP (ID. 0052077020),
XXVII - Certificado de Aprovação PPCIP (ID. 0052077041);
XXVIII - Anotação de Responsabilidade Técnica (ID. 0052077087);
XXIX - Declaração de Autoria (ID. 0052197159);
XXX - Projeto de Drenagem (ID. 0052077305);
XXXI - Memorial Descritivo (ID. 0052132095);
XXXII - Registro de Responsabilidade Técnica (ID. 0052082209);
XXXIII - Declaração de Autoria (ID. 0052088619);
XXXIV - Planilha Orçamentária (ID.0061852022);
XXXV - Tabela SINAPI (ID.0057615498);
XXXVI - Anotação de Responsabilidade Técnica (ID. 0057615324);
XXXVII - Declaração de Autoria (ID. 0061224786).
XXXVIII - Projeto Levantamento topográfico (ID.0057469362);
XXXIX - Anotação de Responsabilidade Técnica - Projeto topográfico (ID.0057544094);

32. **VALIDAÇÃO DA SOLICITAÇÃO**

32.1. ELABORADO POR: DURVANILSON SOUZA DA SILVA - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - GEAP/COINFRA

32.2. ELABORADO POR: RAIMUNDO REYDSON BARBOSA DE OLIVEIRA SOUSA - GERENTE DE ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL - GEAP/COINFRA

32.3. REVISADO POR: SALOMÃO AYTON DO NASCIMENTO - COORDENADOR DE INFRAESTRUTURA E OBRAS ESCOLARES - COINFRA

32.4. APROVO DO ORDENADOR: ANA LUCIA DA SILVA SILVINO PACINI - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO QUE SUA PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDEM A INTERALIDADE DOS CUSTOS

Nome _____ completo: RG nº: _____ CPF nº: _____ DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante (nome empresarial), interessado em participar da Concorrência nº / , Processo nº 0029.030943/2024-24 , declara de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

(Local e data).

Ass. Responsável Legal e CPF

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA - PLENO CONHECIMENTO

CONCORRÊNCIA Nº. __/2024
PROCESSO Nº. 0029.030943/2024-24

Declaro que em __/__/__, a empresa (**nome da empresa**), inscrita no CNPJ nº (...) Projeto Básico (ID.), sediada no endereço (endereço completo) optou por não realizar vistoria nos locais e instalações referentes ao objeto do Edital nº _____, e declara que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço.

Declaro ainda, que possui consciência sobre as condições físicas, ambientais, logísticas, de mão-de-obra, econômica e social da área do empreendimento, e está ciente que não poderá alegar desconhecimento das condições dos locais de execução dos serviços referentes ao objeto do Edital nº ____/2024.

Ass. Responsável Legal e CPF

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO BDI

CONCORRÊNCIA Nº. __/2024
PROCESSO Nº. 0029.030943/2024-24

TAXA REPRESENTATIVA DO LUCRO	
1. Lucro estimado (L)	%
PARCELAS RELATIVAS A DESPESAS DE RATEIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	
1. Administração Central (AC)	%
PARCELAS RELATIVAS ÀS DESPESAS FINANCEIRAS	
1. Despesas Financeiras (DF)	%

PARCELAS RELATIVAS A SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS DE OBRA	
1. Seguros (S)	%
2. Garantias (G)	%
3. Riscos (R)	%
Subtotal Seguros + Riscos + Garantias	%
PARCELAS RELATIVAS À INCIDÊNCIA DE TRIBUTOS	
1. Imposto Sobre Serviços – ISS	%
2. Impostos que incidem sobre o faturamento – PIS	%
3. Impostos que incidem sobre o faturamento – COFINS	%
4. Contribuição previdenciária	%
Subtotal Tributos (T)	%

Considerando os percentuais acima e aplicando-se a fórmula abaixo, tem-se

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

Onde:

AC: taxa de administração central;

S: taxa de seguros;

R: taxa de riscos;

G: taxa de garantias;

DF: taxa de despesas financeiras.

L: taxa de lucro/remuneração;

T: taxa de incidência de tributos;

(Local e data).

Ass. Responsável Legal e CPF

ANEXO III

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA CONCORRÊNCIA N.º ____/2024

Certifico para os devidos fins, que a empresa, representada pelo representante(s), portador da cédula de identidade, compareceu no local aonde serão realizados os serviço..

(Local e data).

Ass. Responsável Legal e CPF

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO VISITA TÉCNICA

CONCORRÊNCIA N°. ____/2024
PROCESSO N°. 0029.030943/2024-24

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, na condição de representante legal de (nome empresarial), interessado em participar da concorrência nº ____/2024, Processo nº (), **DECLARO** que o licitante não realizou a visita técnica prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada, que a empresa, representada pelo representante(s), portador da cédula de identidade, compareceu no local aonde serão realizados os serviços.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

(Local e data).

Ass. Responsável Legal e CPF

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante (nome

empresarial), interessado em participar da Concorrência nº ____/_____, Processo nº ____/_____, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

Ass. Responsável Legal e CPF



Documento assinado eletronicamente por **Durvanilson Souza da Silva, Assessor(a)**, em 18/07/2025, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAIMUNDO REYDSON BARBOSA DE OLIVEIRA, GERENTE DE ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL**, em 23/07/2025, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Salomao Ayton do Nascimento, Coordenador de Infraestrutura e Obras Escolares**, em 23/07/2025, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia da Silva Silvino Pacini, Secretário(a)**, em 28/07/2025, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061892004** e o código CRC **6141A3C9**.